

Presidente Lula apresenta PEC da Segurança Pública

Governadores estiveram no Palácio do Planalto nesta quinta-feira

Por Karoline Cavalcante

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), recebeu na tarde desta quinta-feira (31) governadores no Palácio do Planalto, em Brasília, para apresentar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê uma maior integração entre a União e os entes federados no âmbito da Segurança Pública.

Durante o encontro, Lula ressaltou a importância de um diálogo aberto. “Quero que cada governador sintam-se à vontade para expressar suas preocupações e sugestões. Esta reunião é um espaço livre para a discussão”, afirmou.

Crime organizado

No início da reunião, o chefe do Executivo citou a necessidade de maior atenção com o crime organizado, que, segundo ele, está em constante crescimento e atualmente está envolvido em “todos os setores da sociedade”.

“O crime organizado hoje não é mais o bandido comum que a gente estava habituado a lidar, hoje é uma organização poderosa que está envolvida em todos os setores da sociedade, inclusive a nível internacional”, afirmou.

O petista defendeu, então, uma automatização organizada a nível nacional, a proposta foi feita pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pretende

criar um status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). “A gente não pode continuar permitindo que um criminoso no Paraná possa se esconder indo para São Paulo usando outra



Ricardo Stuckert / PR

Reunião das autoridades durou quase quatro horas

identidade, ou ele cometa um crime em São Paulo e vá se esconder no estado do Nordeste”, ponderou.

“A apresentação dessa PEC é o começo de uma grande discussão que a gente quer fazer sobre segurança pública neste país, sobre a criação de um sistema único de segurança pública. A gente começa mandando para as duas casas onde o debate deve se dar de verdade, que é no Congresso Nacional”, acrescentou o presidente.

Climão

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, questionou a atuação das polícias do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Ele citou o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, em março de 2018, como uma investigação que só avançou com a intervenção da Polícia Federal (PF).

Lewandowski argumentou

também que a criação de uma Polícia Ostensiva Federal poderia ter evitado a invasão aos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, mencionando que a PF identificou “graves falhas” na Polícia Militar do Distrito Federal.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), rebateu a fala: “Entendi que o papel do ministro era discutir a PEC, não questões específicas de segurança”.

Tripé da PEC

A proposta em discussão se baseia em três eixos principais: a constitucionalização do SUSP, a atualização das funções da PF e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), e a criação de um Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária.

Governadores

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), apoiou a PEC, mas alertou que a discussão deve

continuar, especialmente sobre a lavagem de dinheiro, que fortalece o crime organizado. Ele sugeriu a criação de um grupo de trabalho para desenvolver propostas adicionais.

Por outro lado, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), classificou a PEC como “inadmissível”, afirmando que não permitirá a interferência do governo federal nas operações de segurança de seu estado.

“Sou governador de estado, fui eleito pelo meu povo. Não vou botar câmera em policial meu de maneira alguma. Tenho que ter corregedoria séria, que não admita milícia. Não vou caminhar em uma situação como essa em que estamos aqui, a pagar salário e receber ordem do Congresso, da União, para dizer como vou me comportar em Goiás. É uma usurpação de poder, invasão de prerrogativa, em uma prerrogativa que já está garantida a nós, governadores”, questionou.

STF forma maioria para tornar Gustavo Gayer réu por difamação

Por Karoline Cavalcante

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, nesta quinta-feira (31), para receber a queixa-crime apresentada contra o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO). O parlamentar é acusado de calúnia, difamação e injúria.

A ação foi apresentada pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) após o deputado proferir acusações contra ele e ao também senador Jorge Kajuru (PSB-GO), afirmando que foram comprados na votação da Presidência do Senado em 2023, que elegeu o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O caso é relatado pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, que votou a favor de tornar o senador réu. Para o magistrado, as ofensas constituem “abuso do direito à manifestação de pensamento”.

“As condutas praticadas constituem ofensas que exorbitam os limites da crítica política, uma vez que as publicações na conta pessoal do querelado no Instagram constituem abuso do direito à manifestação de pensamento, em integral descompasso com suas funções e deveres parlamentares”, avaliou.

Ele foi seguido pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. Ainda falta o voto do ministro Luiz Fux. O julgamento é realizado desde o dia 25 de outubro no



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Julgamento está previsto para acontecer até terça-feira (5)

plênário virtual e a previsão é que seja concluído até a próxima terça-feira (5).

Entenda

Na ocasião, Gayer criticou a vitória de Pacheco e afirmou, sem apresentar provas, que Cardoso e Kajuru abandonaram o estado, vendidos por cargos. “Dois vagabundos que viraram as costas para o povo em troca de [cargo em] comissão”, afirmou o parlamentar.

“Era a maior oportunidade que a gente tinha de salvar nosso país, e senadores nos traíram. Aqueles que estão como indefinidos, os que já tinham declarado voto no Pacheco e alguns

que traíram também traíram o povo brasileiro. Só Deus pra salvar esse país agora, porque o país tá possuído pelos capetas do inferno”, acrescentou.

A declaração foi feita por meio de um vídeo postado no Instagram em fevereiro do ano passado. O Correio da Manhã entrou em contato com a assessoria do deputado e não obteve retorno.

Polícia Federal

Também na última sexta-feira (25), Gayer foi alvo de operação da Polícia Federal (PF), na sua casa, em Goiânia, para desarticular suposta associação criminosa voltada para

desvio de recursos públicos. A investigação apontou que o objetivo final dos autores era a destinação de verbas parlamentares em favor da Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A autorização de busca e apreensão foi expedida pelo ministro Alexandre de Moraes.

“Os delitos investigados são: associação criminosa, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e peculato-desvio”, informou a PF, em nota.

O deputado negou o envolvimento com o crime e afirmou que apreenderam o seu celular, um HD e um SDD. “Eu nunca fiz nada de errado, nunca cometi nenhum crime e estou sendo tratado igual a um criminoso pela nossa Polícia Federal e pelo Alexandre de Moraes”, afirmou.

O Partido Liberal, que o parlamentar faz parte, considerou a decisão de Moraes como “mais uma ação nessa escalada autoritária e parcial”. “A operação policial e a busca e apreensão na residência do Deputado Federal Gustavo Gayer representam mais uma ação nessa escalada autoritária e parcial de um ministro do STF contra um espectro político que representa grande parte da população brasileira. Com base nas notícias até o presente momento publicadas, trata-se de questão, em tese, relacionada com cota parlamentar de um Deputado Federal”, disse a nota.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcos Oliveira/Agência Senado



Ex-presidente foi ao Senado discutir anistia

Centrão sem pressa para tratar da anistia

A anistia para golpistas não desperta entusiasmo ou aqodamento nem mesmo entre partidos do Centrão próximos ao PL de Jair Bolsonaro. Há em alguns desses partidos a percepção de que o assunto deve ser examinado com muito cuidado e sem pressa. Há a avaliação de que se quer caberia conceder anistia antes da condenação de todos os denuncia-

dos pelo 8 de Janeiro. Há a desconfiança de que, ao insistir na tecla da concessão da medida antes dos julgamentos, o PL mira na criação de uma nova crise com o Supremo Tribunal Federal. A lógica é simples: o STF consideraria inconstitucional anistiar não condenados, o que permitiria aos bolsonaristas espalharem que são vítimas de nova perseguição judicial.

Sinal

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de retirar o projeto de anistia da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pela bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), tem sido vista como outro sinal de que o Centrão não quer comprar brigas de graça.

Troco petista

A ida de Bolsonaro ao Senado para trocar apoio nas eleições para as mesas do Congresso por compromisso com a anistia apressou o apoio do PT à candidatura de Hugo Motta (Republicanos-PB) ao comando da Câmara. Agora, a adesão do PL já não vale tanto assim.

Antonio Cruz/Agência Brasil



Deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT

PT ficará com primeira-secretaria e negocia TCU

Em retribuição ao compromisso com a candidatura de Motta, o PT ficará com a primeira-secretaria da Mesa, responsável por atos administrativos. O partido do presidente Lula negociou também a indicação do próximo ministro do Tribunal de Contas da União.

Pelo que diz Marcos Pereira, presidente do Repu-

blicanos, não há decisão fechada em torno de um nome que venha a ser apoiado pelo PT, mas foi assegurada a participação do partido nas conversas. A escolha para o TCU só vai rolar em fevereiro de 2026 — praticamente amanhã para políticos. O tribunal assessorará o Legislativo e examina as contas do governo federal.

Calendas

O calendário de políticos nunca é exato: 2016 é logo ali para tratar de TCU, mas muito longe para discutir a eventual posição do Republicanos na eleição presidencial. Pereira diz que o assunto só vai ser encarado depois das escolhas das mesas da Câmara e do Senado.

Graça

“Não conversei com o Ciro, mas acho que ele está querendo fazer uma graça com o Bolsonaro”, comentou Pereira. O senador tem insistido na possibilidade de o ex-presidente, hoje inelegível, voltar a disputar o Palácio do Planalto na eleição de 2026.

Crítica

Pereira afirmou não ter entendido a razão da crítica feita pelo senador Ciro Nogueira (PI) ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Aliado de Bolsonaro, o presidente do PP disse que Tarcísio estava deixando a desejar na articulação política.

É golpe

Um amigo da coluna recebeu, pelo número oficial do Whatsapp do Itaú, mensagem sobre falha em compra com cartão. O texto solicitava um clique para resolver o problema. A vítima ligou pra agência, soube que era golpe — pilantras falseiam a origem das mensagens